

# Sentido de urgência

A CRISE da dívida externa persiste, mas tem se transformado gradualmente. Um dos aspectos deste processo é a consolidação de um deságio para os títulos que na prática equivale ao reconhecimento, por parte dos bancos credores, de que a dívida jamais será paga integralmente.

A CONCENTRAÇÃO dos créditos em mãos dos maiores bancos é outra característica da transformação: seja por venderem seus títulos no mercado secundário, seja por aceitarem propostas como a aquisição dos "bônus de saída" oferecidos pelo Governo brasileiro, as instituições credoras de pequeno e médio portes estão aos poucos desaparecendo do cenário, o que implica maior facilidade nas negociações e, por isso mesmo, maiores possibilidades de obtenção de vantagens pelos países devedores.

OS BANCOS credores já deixaram evidente a sua capacidade de suportar a inadimplência eventual ou permanente dos países endividados, depois de terem passado por um penoso período de ajuste que, no entanto, não provocou qualquer desastre no sistema financeiro internacional — a despeito de muitos prognósticos dramáticos neste sentido. Se é verdade que, por um lado, isto significa que o poder de barganha das nações devedoras reduziu-se muito, há também a implicação de que os bancos já não dispõem de um importante argumento para resis-

tir a eventuais pressões dos Governos de seus países: sua sobrevivência não está mais em jogo.

O QUE está em jogo, agora, pode ser a sobrevivência da democracia no Terceiro Mundo, que exige que este processo de transformação se acelere. A rebelião militar na Argentina deixou clara a ameaça, na medida em que foi motivada principalmente por reivindicações de soldo maior, e não por questões da natureza política, constituindo com isso um caso singular. A deterioração das condições de vida nos países devedores chegou assim ao ponto de provocar um grave episódio de insubordinação entre os militares argentinos — crise que chegou a um desenlace razoavelmente tranquilo graças, basicamente, à determinação e habilidade do Presidente Alfonsín, mas cuja repetição, longe de poder ser descartada, tornou-se quase uma ameaça permanente.

A QUEDA do nível de vida nos países devedores é uma bomba-relógio que não será desmontada sem uma decisão de caráter político. É inútil e utópico esperar que a crise chegue ao fim por si, ou que isto ocorra a tempo de evitar uma conturbação social e política de grandes proporções.

A DÍVIDA externa criou, de fato, uma armadilha para o Terceiro Mundo, na medida em que a suspensão do fluxo de recursos externos interrompeu o

crescimento econômico — e isto, por sua vez, tornou pouco atraente o mercado para os investimentos externos sem os quais não será possível retomar o desenvolvimento. Não se pode forçar os bancos, muito menos as empresas não-financeiras, a aplicarem recursos em países cuja economia está estagnada; o que significa que a estagnação não será rompida no futuro previsível se o problema for deixado às forças livres da economia.

EM JUNHO do próximo ano, em Toronto, os principais Chefes de Governo do Mundo Ocidental estarão reunidos em busca de uma saída para a crise da dívida, e mesmo estes seis meses de espera já parecem, hoje, um período longo demais. É certamente a compreensão da rapidez com que está crescendo o risco inerente à situação atual que motivou o Banco Mundial, recentemente, a anunciar o fracasso do Plano Baker e a defender uma transformação radical na política dos países desenvolvidos para com os devedores.

A MESMA percepção, aliada à necessidade de apresentar alguma iniciativa que contrabalance em alguma medida os ganhos políticos obtidos pela URSS com as propostas que Gorbachov apresentou na ONU, promete alterar significativamente a política do Governo americano a partir da posse de George Bush. Resta esperar que se imponha o indispensável sentido de urgência.